



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PPGDC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

**Ata da reunião ordinária do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.**

Aos 11 dias do mês de outubro de 2023, à 19h00, teve início a reunião ordinária do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGDC), presidida pelo professor doutor Pedro Curvello Saavedra Avzaradel, coordenador, com a presença dos(as) docentes: André Saddy, Andressa Torquato, Clarissa Brandão, Eduardo Val, Enzo Bello, Fernanda Andrade, Hamilton Ferraz, Marco Casamasso, Mônica Paraguassu, Paulo Corval e Taiguara Líbano; dos(as) representantes discentes Octávio Carreno (Turma 2022) e Nathália Damasceno (Turma 2023). Justificada a ausência dos Professores(as) Doutores(as) Carlos Victor Nascimento, Gladstone Leonel Jr. e Roberta Pedrinha. Fez-se a leitura da pauta, regularmente encaminhada por e-mail aos docentes e discentes integrantes do Colegiado, conforme segue: 1) Ratificar ata anterior; 2) Pedido de licença maternidade de Juliana Lança, turma 2023; 3) Pedido Minter 2021: Camila Bonfim; 4) Pedido de Túlio Vieira: atividades complementares; 5) Processo seletivo 2024; 6) Mudanças sobre cumulação de bolsas; 7) Novo projeto de turma MINTER; 8) Informes: credenciamento e recredenciamento 2024 e processo de fusão.

**No ponto um**, a ata foi ratificada unanimemente. **No ponto dois**, considerando-se que o nascimento foi prematuro, o encaminhamento foi pela aplicação, **excepcionalmente e por equiparação**, do regime especial da graduação para gestantes em licença-maternidade para a



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PPGDC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

conclusão do semestre, conforme determinações do Decreto-lei 1.044/69 e da Lei 6.202/75, bem como das instruções do Regulamento dos Cursos de Graduação.

Em continuidade, no **terceiro ponto** houve perda de objeto, pois a discente apresentou o requerimento de depósito de qualificação. Já no **ponto quatro**, estipulou-se que o discente deverá encaminhar, até a próxima reunião de Colegiado, um levantamento das atividades complementares que tem até o momento. Nesta oportunidade, agendou-se a próxima reunião de Colegiado para segunda-feira, dia 13 de novembro de 2023, conforme adesão da maioria dos presentes. No **quinto ponto**, formou-se a seguinte Comissão para elaboração do Edital 2024: Professora Dra. Fernanda Andrade, Professora Dra. Mônica Paraguassu e Professores Doutores Pedro Avzaradel e Paulo Corval. Por sua vez, no **sexto ponto**, ficou decidido que a Comissão de Bolsas, integrada pelos docentes Carlos Victor, Pedro Avzaradel e Paulo Corval e pela discente Jhulia Medeiros, deverá apresentar, até a última reunião de Colegiado do ano de 2023, a minuta da nova normativa para votação. No **sétimo ponto**, o Coordenador esclareceu que o Professor Dr. Wilson Madeira esteve presencialmente na Reitoria, em 10 de outubro de 2023, e indicou que será celebrado novo termo - que passará por nova análise - para o pagamento dos valores que faltam em relação à Turma MINTER-MA. Ademais, o Coordenador frisou que os docentes só receberão os valores respectivos quando assinarem os termos na plataforma da FEC (Fundação Euclides Cunha). Com isso, estará encerrado a Turma MINTER-MA. Além disso, será realizado um evento de encerramento e as gestantes serão transferidas para a turma regular, possibilitando o encerramento oficial da Turma MINTER-MA. O Coordenador também falou sobre a proposta de um novo Projeto de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI), antigo MINTER, com a Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD/TJAC). A perspectiva é de que esta nova turma inicie-se no primeiro semestre de 2024 (2024.1). A turma será composta de até 25 (vinte e cinco) discentes, sendo que 15 vagas no processo seletivo serão destinadas a magistrados e magistradas do Tribunal de Justiça do Acre, sendo as 5, em princípio, destinadas a servidores e servidoras da mesma instituição e as demais para



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PPGDC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

concorrência universal, voltadas, preferencialmente, para pessoas da região norte. Conforme ocorreu na Turma MINTER anterior, haverá aulas remotas, mas mais atividades presenciais, como as bancas de qualificação (que serão realizadas na ESJUD/TJAC) e defesa (que serão realizadas presencialmente em Niterói, nas dependências da UFF). Por fim, o Coordenador informou que os discentes do PCI/ESJUD/TJAC também participarão de grupos de estudos presenciais com os professores da Região Norte que comporão o projeto como professores convidados. Esses grupos serão computados como horas de atividades complementares. Tal como na turma anterior do MINTER, o estágio docente será facultativo. Haverá a participação de 10 (dez) professores, sendo 3 (três) externos à UFF e um(a), necessariamente, do PPGDIN tendo em mente o processo de fusão que está em andamento. A escolha dos docentes envolvidos no PCI será feita de comum acordo entre as partes do Projeto de forma a melhor atender às necessidades da nova turma. Foi esclarecido que o Projeto não comprometerá a oferta de disciplinas à turma regular, e que terá o mesmo nível de qualidade desta. Ainda, foi esclarecido que existe compatibilidade das atividades dos docentes e orientadores no projeto com o respectivo regime de trabalho. Feitos os esclarecimentos e submetido o ponto a votação, houve a aprovação, por unanimidade, do novo PCI com a ESJUD/TJAC. Em relação ao **oitavo ponto**, o Coordenador informou que houve reunião recente com a coordenadora de área do direito da CAPES (Profa. Dra. Flaviane Magalhães Barros Bolzan de Moraes) - com intermediação da Diretora da Faculdade, Profa. Dra. Fernanda Pontes Pimentel. Estavam presentes os docentes Pedro Avzaradel, Paulo Corval, Plínio Martins e Gilvan Hansen, os dois últimos representando o PPGDIN. Foram feitas, na ocasião, sugestões que devem ser seguidas para o encaminhamento do projeto. Nesse sentido, será rodado um documento com requisitos de APCN e com ônus de provar que a fusão é viável e tem elementos para acontecer. No edital 2024 será incluída uma cláusula no sentido de dar conhecimento aos candidatos sobre o andamento da fusão. Também deverá ser solicitada a formação de um GT, em reunião com a PROPPI, envolvendo os professores dos dois Programas aludidos acima. Possivelmente o ano que vem será o último ano



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PPGDC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

de seleções separadas, inclusive em relação à credenciamento e credenciamento. Por fim, será avaliada a possibilidade de termos mais pós-doutorandos. A comissão de credenciamento e credenciamento será formada oportunamente. Neste ponto, o Coordenador lembrou aos docentes sobre a importância de zelarem pela continuidade das publicações e sobre o atendimento aos parâmetros de produtividade que continuarão sendo exigidos. Ainda nos informes, a Secretária lembrou a todos de atualizarem seus currículos Lattes para atualização da Plataforma Sucupira ano-base 2023. Houve um pedido formulado de forma intempestiva pelos discentes da Turma 2023 pela colocação das disciplinas obrigatórias do Programa no mesmo dia da semana - item que não poderia ser votado, uma vez que não incluído em pauta a tempo. Todavia, ainda assim o Coordenador explicou que não seria possível atender à solicitação dos alunos, porque os horários dos docentes (dias em Niterói) são determinados pelo Colegiado de Curso da Graduação e os professores, em regra em qualquer abatimento de carga horária, procuram compatibilizar os disciplinas no Mestrado com os dias em que estão em Niterói. Por fim, o Colegiado concordou, considerando a urgência na tramitação do novo PCI, em autorizar, excepcionalmente, que esta ata seja publicada após a revisão pelos membros do colegiado, sem necessidade de ratificação na próxima reunião, marcada para o dia 13/11, como seria de praxe.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, redigida pela servidora técnica-administrativa Luciana da Costa Azevedo. Após lida, aprovada e assinada pela secretaria e pelo coordenador do PPGDC a ata seguirá para arquivamento e divulgação no sítio eletrônico do PPGDC.

---

PROF DR. PEDRO CURVELLO SAAVEDRA AVZARADEL  
SIAPE 2085194  
(Coordenador do PPGDC)



**PPGDC**  
Programa de Pós-Graduação em  
Direito Constitucional - UFF

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PPGDC - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

---

LUCIANA DA COSTA AZEVEDO  
SIAPE 3269230  
(Assistente em Administração)

**PPGDC**  
Programa de Pós-Graduação em  
Direito Constitucional - UFF